



ARQUIVO
SIMP
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: **003.0.12138/2017** Original
Data: 25/5/2017 Hora: 14:42
Qt. Vol.: Recebido por: bianca.campos



Assunto/Área 930071: Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

Prestação de Serviços

Movimento 920341: REQUERIMENTO/ SOLICITAÇÃO*

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

*de acordo com a taxonomia da Tabela de Gestão Administrativa do CNMP

VALOR LIMITE: R\$8.000,00 (Lei nº 9.433/2005 e Decreto nº17 306 de 28/12/2016)

Unidade executora:				
DIRETORIA ADMINISTRATIVA				
Nº da autorização:				
069/2017				
Objeto				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV POR ASSINATURA PELO PERÍODO DE 12 MESES.				
Finalidade/objetivo da contratação da aquisição:				
ATENDER A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO PARA A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E DA CECOM				
Fundamentação legal: Lei nº 9.433/05, art. 59, incisos:				
<input type="checkbox"/> I - Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a uma mesma obra/serviços ou de mesma natureza e local que possa ser realizado conjunta e concomitantemente				
<input checked="" type="checkbox"/> II - Contratação de serviços e compras, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço/compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez				
<input type="checkbox"/> Outros:				
(Obrigatório anexar parecer jurídico e publicar na imprensa oficial.)				
PROPOSTAS APRESENTADAS/DOCUMENTOS ANEXOS:				
Nº de ordem	Item	Fornecedor (Nome/razão social)	Valor total (R\$)	Prazo de entrega
01	TV ASSIN/	OI MÓVEL SA	2.400,00	NÃO SE APLI
02	TV ASSIN/	CLARO TV	2.578,80	NÃO SE APLI
03	TV ASSIN/	SKY TV POR ASSINATURA	2.578,80	NÃO SE APLI

Observação: caso o espaço não seja suficiente para as propostas, utilizar o formulário próprio para anexos.



Critério de seleção dos fornecedores de acordo com o objeto, finalidade, objetivo e avaliação das propostas apresentadas:

MENOR PREÇO

Proposta escolhida

Fornecedor (razão social):

CNPJ/CPF

Endereço

Valor (R\$)

OI MÓVEL S/A

05.423.963/0001-11

ST SETOR COMERCIAL NORTE, S/N, ASA NOR

2.400,00

Anexar prova de regularidade do fornecedor es: chido com as Fazendas federal, estadual e municipal (Lei 9.433/2005, art. 65, § 3º, inciso XII e XIII)

Responsável pela Unidade Gestora:

Data, carimbo e assinatura

Inês Marques Neto
Diretor Administrativo

Sandro Dantas
Oficial Administrativo I
Mat. 351.428

Formação documentária da despesa

Projetos, atividades e código da Unidade Gestora

Código/ação/região/ fonte

Elemento da despesa

Saldo de dotação

Man. da Serv. de Adm.

0000

33.9039

R\$ 506.629,00

Responsável pela informação:

Data, carimbo e assinatura

Responsável pela Unidade Gestora:

Código da Unidade, data, carimbo e assinatura

Inês Marques Neto
Diretor Administrativo

Autorização do Superintendente da Regional:

Data, carimbo e assinatura

Frederico
Superintendente Regional

*Utilizar Impressão frente e verso



Salvador, 22 de maio de 2017

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Att.: Sra Amália Franco -
Gerente Coordenação Financeira

Sandro Dantas
Coordenação de Serviço MP/BA

Referente: Renovação Contrato Oi TV - 57/2015-SGA

Prezados Senhores,

A Oi Móvel S/A (Em recuperação Judicial) comunica que o contrato de Prestação do Serviço Oi TV 57/2015-SGA Cadastro 16479659 vencerá em 28/05/2017 e manifesta interesse na renovação do contrato e na continuidade da prestação do serviço Oi TV ao MPBA.

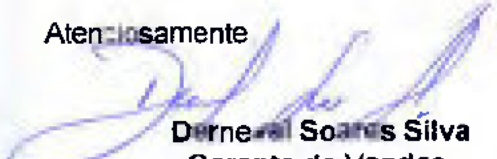
Todavia, para continuidade da prestação do serviço, conforme esclarecido à Coordenação Financeira do MPBA em reunião de dia 18/05 (17:00) o serviço Oi TV é um serviço prestado e faturado pelo segmento de Varejo e que, nós do segmento Corporativo, excepcionalmente, atendemos ao MPBA, tendo em vista ainda não termos um serviço desenhado para o Segmento Corporativo, o que faz com que os valores possam ser alterados conforme a oferta/promoção da referida assinatura pelo segmento Varejo.

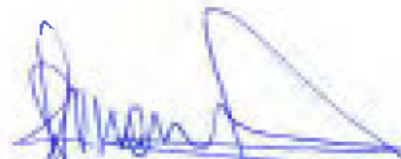
Assim, caso o MPBA opte por continuar com o serviço Oi TV e conforme sugerido na referida reunião, peço analisar a possibilidade de incluirmos no contrato uma cláusula flexibilizando os valores a serem cobrados no novo período junho/17 a junho/18, considerando um valor mensal entre R\$ 154,09 (valor atual) e R\$ 200,00 (valor com reajuste a partir de out/17).

Estamos disponíveis para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos para reiterar os nossos votos de estima e consideração com o Ministério Público do Estado da Bahia.

Atenciosamente


Derneval Soares Silva
Gerente de Vendas
TELEMAR NORTE LESTE S/A


Ivan Cicero Silva Laranjeira
Executivo de Negócios
TELEMAR NORTE LESTE S/A

CIENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Clas /Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial – notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas – ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retomem conclusos, após a publicação deste decisor. Tal providência se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é ínsita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional, ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspots wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,





dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, análise de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:





"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial - da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social, e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim, subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.





Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, como utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF, art. 47 da LRF)

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei





11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;

b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;

c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas.

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO: ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL CDM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI Nº 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal.





e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de inteligência, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste julgo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

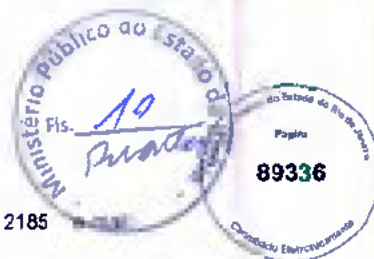
"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93"

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária"

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao julgo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.





Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.
- b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____ / ____ / ____

Código de Autenticação: **4UBV.13B1.M5F8.8NQE**

Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNU/validacao.do>



TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do presente Termo de Referência a prestação de serviços de TV por assinatura, com transmissão via satélite, na Sede do **CONTRATANTE** localizada no Centro Administrativo da Bahia - CAB.

1.1 Incluem-se no objeto contratado todos os custos com a mão de obra capacitada e todos os insumos necessários à plena execução dos serviços contratados.

2. JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Tem por objetivo atender a necessidade do serviço de TV por assinatura, para manter atualizado a CECOM e a Procuradoria Geral dos fatos que possam surgir no Brasil e no mundo que sejam de interesse institucional.

3. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

3.1 Menor Preço Global - Lote Único

4. VALOR GLOBAL ESTIMADO ANUAL:

4.1 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor global anual estimado de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), compreendendo o período de utilização dos serviços de junho/2017 a junho/2018

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Global;

5.2 Os serviços objeto deste instrumento serão prestados por meio de pacote de serviços denominado "Oi TV MIX HD", distribuído através da tecnologia DHT, a englobar a disponibilização de 01 (um) ponto principal e 02 (dois) pontos adicionais, com fruição independente entre si;

5.3 A execução contratual compreende o fornecimento de mão de obra, material, ferramentas, equipamentos, assistência técnica (presencial e remota), transportes e quaisquer itens inerentes à perfeita e completa execução do objeto contratual;

5.4 Não haverá empregado(s) da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

5.5 A instalação e o serviço de ativação do sinal de TV deverá ser agendado pelo **CONTRATANTE** junto à **CONTRATADA**, e deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos;

5.5.1 Fica assegurado à **CONTRATADA** o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que se confirmar a disponibilidade técnica de instalação,

5.6 A guarda, segurança e integridade dos equipamentos cedidos pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços contratados são de responsabilidade do **CONTRATANTE**, que responderá por eventuais perdas, danos, furto, roubo e/ou quaisquer tipos de extravios sofridos pelos mesmos, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior;

5.7 Durante a vigência do Contrato é vedado ao **CONTRATANTE**:

5.7.1 Remover o(s) equipamento(s) do seu local original da instalação;

5.7.2 Alterar qualquer característica original da instalação, sem prévia autorização da **CONTRATADA**;

5.7.3 Efetuar qualquer espécie de reparo, manutenção ou abertura dos equipamentos;

5.7.4 Proceder qualquer alteração, ajuste, manutenção ou acréscimo, nas redes interna ou externa de distribuição dos sinais da **CONTRATADA**;

5.7.5 Permitir que qualquer pessoa não autorizada pela **CONTRATADA** manipule as redes interna e/ou antena externa, ou quaisquer outros equipamentos que as componha;

5.7.6 Acoplar, sem autorização da **CONTRATADA**, quaisquer outros equipamentos, de maneira que permitam a recepção de serviços adicionais não contratados pelo **CONTRATANTE**, ficando desde já ciente de que tais condutas, comumente conhecidas como "pirataria", podem configurar ilícitos de ordem cível e penal, passíveis de registro de ocorrência perante a competente autoridade policial e das consequentes ações cíveis e criminais.

5.8 Em caso de extinção do presente Contrato, o **CONTRATANTE** deverá solicitar a desconexão dos equipamentos objeto deste contrato, disponibilizando-os para imediata devolução e retirada, no mesmo estado em que os recebeu, ressaltando-se tão somente o desgaste natural decorrente do uso normal e adequado;

5.8.1 A retirada dos equipamentos pela **CONTRATADA**, quando da rescisão contratual, ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação, sem ônus para ao **CONTRATANTE**;

5.8.2. O **CONTRATANTE** declara-se ciente de que deverá disponibilizar responsável(s) para receber os técnicos da **CONTRATADA** na data e período agendados para a visita de retirada dos equipamentos, sob pena de arcar com os custos decorrentes da visita improcedente;

5.8.3 A desconexão dos equipamentos será realizada apenas e exclusivamente por técnicos habilitados pela **CONTRATADA**, que verificarão o seu estado de conservação e funcionamento no ato da retirada dos equipamentos;

5.9 O **CONTRATANTE** não está autorizado a utilizar o equipamento do ponto adicional em um endereço diferente do endereço onde estiver instalado ou informado o ponto principal, sob pena de responsabilização nos termos das legislações aplicáveis à matéria;

5.10 Não haverá empregado da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral nas suas instalações;

5.11 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.12 O recebimento provisório dos serviços realizados, quando couber, ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Serviços Gerais do **CONTRATANTE**;

5.13 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.13.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação pelo **CONTRATANTE**;

5.14 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

5.14.1 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento,

5.15 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6. DDTAÇÃO DRÇAMENTÁRIA

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	2000	100	33.90.39

7. DOS PREÇOS

7.1 O preço mensal estimado pelos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 200,00 (duzentos reais e oitenta centavos),

7.2. Dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

7.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, assistência técnica, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

8. VIGÊNCIA

O prazo inicial do presente Contrato é de 01 (hum) ano, a começar em ____ de ____ de ____ e a terminar em ____ de ____ de ____, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual

9.FISCAIS DO CONTRATO:

SANDRO LUIS PIMENTEL DANTAS - 351828

SUED ALMEIDA DE CERQUEIRA - 352995

Relatório de Remessa

25/05/2017

Contribuinte

Tipo Id. INSS

Identificador INSS

VALORES

Receita

Identificador P/Débito

Agência

Conta

Competência

DT Pagamento

DT Remessa

Remessa

Observação

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04142491000166

2631 - CONTRIBUICAO RETIDA SOBRE A NF/FATURA DA EMPRESA PRES

J04142491000166

3832-6

001.100.051-1

05/2017

25/05/2017

25/05/2017

73

NDTA FISCAL N 289

INSS.....

5.222,62

Outras Entidades.....

0,00

Atualização Monetária

0,00

TDAL.....

5.222,62

Quantidade de Guias: 1

TOTAL DAS GUIAS

5.222,62

**Claro TV Top Cinema HD**

R\$ 214,90

Adicione Combo Internet + Fone**Adicione Premiere Futebol Clube**

R\$

Escolha pela Grade ▾ Escolha pelos Conteúdos ▾ Escolha pelo Preço ▾

Escolha pelos Pontos de TV ▾

VENDAS

0800 608 0165

Claro TV Top Cinema HD

Ao assinar o pacote de TV Top Cinema HD DTV você leva para casa 178 canais. São 29 canais com as melhores séries internacionais e os últimos lançamentos do cinema mundial, 5 canais de esportes variados com imagem e som de qualidade para você vibrar com sua família e amigos e 6 canais infantis com uma programação de desenhos bem variada para seus filhos.

178CANAIS



29

29

FILMES E SÉRIES

5

ESPORTES

6

INFANTIS

2

EQUIPAMENTO(S)

HD

QUALIDADE

+ 5 CANAIS HBO EM HD

Os filmes e séries que são sucesso em todo o mundo com som e imagens de alta definição

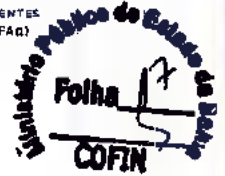
(1)

NÓS LIGAMOS
PRA VOCÊ

LIGUE
4004-2842

FALE PELO
CHAT

SOBRE A SKY (/SOBRE DÚVIDAS FREQUENTES
/A-SKY) (/SOBRE/FAQ/FAQ)



VER TODOS
OS PLANOS

COMBO FULL HBO MAX HD

DE R\$ 171,90/MÊS

POR R\$ **209,90**/MÊS

*R\$171,90 NAS 3 PRIMEIRAS MENSALIDADES

ASSINE AGORA

(/CHECKOUT

/SEUS-

0A00S/FULL-

HBO-MAX-

HD/132)

PÁGINA INICIAL (1) > PÓS PAGO (/POS-PAGOS) > COMBO FULL HBO MAX HD

ASSISTA A FILMES E SÉRIES EXCLUSIVAS EM ALTA DEFINIÇÃO

Com a SKY Pós-Pago Combo PLUS HBO MAX HD você terá a melhor programação da TV por assinatura em alta definição. Aproveite, pois só a SKY oferece diversão e entretenimento para adultos e crianças. Assine já o Combo PLUS HBO MAX HD.

DESTAQUES DO PACOTE

PÓS-PAGO

COMBO PLUS HD

85

CANAIS DIGITAIS

62

CANAIS HD

18

CANAIS BÁSICOS

49

CANAIS DE ÁUDIO E RÁDIO

3

PLANTAS

VANTAGENS DO PLANO

85 CANAIS DIGITAIS

62 CANAIS HD

18 CANAIS BÁSICOS

49 CANAIS DE ÁUDIO E RÁDIO



ESPORTES

11 CANAIS

(/esportes/Esportes)

INFANTIL	NÓS LIGAMOS PRA VOCÊ	LIGUE 4004-2842	FALE PELO CHAT	8 CANAIS SOBRE A SKY (SOBRE SUÍCIAS FREQUENTES (A-SKY))
FILMES E SÉRIES				26 CANAIS
VARIEDADES				18 CANAIS
CULTURA				6 CANAIS
NOTÍCIAS				4 CANAIS
ADULTO				1 CANAL
CORTESIA				7 CANAIS
ABERTOS				2 CANAIS



Canais básicos são de fornecimento obrigatório pela operadora, desde que haja disponibilidade da operadora em sua região. Mais informações pergunte ao vendedor ou consulte a disponibilidade clicando no link de [Globo \(/assistencia/globo\)](#), [SBT \(/Docs/Sinal\(SBT\).pdf\)](#) ou [RECORD/SBT/REDETV - SIMBA \(/Docs/Sinal Digital\(RECORD, REDETV e SBT\).pdf\)](#).

EQUIPAMENTOS PARA CADA PONTO

PRINCIPAL ADICIONAL 81 ADICIONAL 82

HDTV PLUS

Além de imagem em alta definição e som impecável, o SKY HDTV Plus oferece muito mais tecnologia para que você veja TV de uma maneira nova! Seus recursos interativos permitem gravar e armazenar os programas favoritos, além de pausar, voltar coisas e controlar a programação que as crianças assistem.

GRAVAÇÃO, PAUSA E PLAY
Os mesmos recursos de um aparelho DVD na sua TV e ainda pode agendar uma gravação longe de casa, via internet.

SKY SUGERE
Receba sugestões de programação com base no que é mais assistido na sua casa.

500GB DE ESPAÇO
São até 400 horas para você gravar e armazenar seus programas preferidos.



AMBIENTE SEGURO SKY

VEJA COMO É SIMPLES ASSINAR SKY

FORMAS DE PAGAMENTO

Cartão de crédito



Ref.: 003.0.12138/2017
Prestação de Serviços (TV POR ASSINATURA)
SEDE CAB

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa informando que:

- ☐ consta solicitação da prestação do serviço desejado (fls.).
 - ☒ foram apresentados 03 (três) orçamentos, todos dentro do prazo de validade (fls 03, 15-16 e 17-18);
 - ☐ Foi apresentado apenas 01 (UM) orçamento, pois na região não houve mais interessados; há no processo ofício de justificativa subscrito pelo Promotor de Justiça (fls.);
 - ☒ consta a indicação de 02 (dois) servidores para fiscal do contrato e suplente do contrato (fls.13);
 - ☒ foram apresentados todos os documentos do prestador de serviços / fomecedor (fls. Empresa cadastrada);
 - ☐ foram apresentadas todas as certidões válidas pelo prestador de serviços / fomecedor (fls.);
- consta minuta do contrato pré-aprovada pela Assessoria Jurídica da Superintendência (fls.).

Assim, declaro que a instrução processual está regular e que foi por mim conferida.

Salvador, 25 de maio de 2017.


Sandro Dantas
Oficial Administrativo I
Coordenação de Serviços Gerais

DE ACORDO EM: 25/05/2017


Josias
Dire



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.17.0000107-7
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto: SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA PELO PERÍODO DE 12 MESES.DA-69/2017, SIMP 003.0.12138/2017
Data do Cadastra: 25/05/2017	Situação: Incluída	Integração Simpas. Não
Responsável da Unidade: JOSIAS MARQUES NETO	E-mail Responsável pela Unidade: JOSIAS.NETO@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030122
Valor da SRD (R\$) *** 2.400,00	DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * *** ** * ** * ** * ** * ** *	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2017	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	1.400,00
2018	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	1.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2017	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	-2.003.624,47	1.400,00	-2.005.024,47



DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para elaboração da minuta de contrato para o objeto. Após, à Assessoria Técnica, para análise e parecer.

Em 26 de maio de 2017.

Caroline Santana Silva
Unidade de Apoio Técnico e Administrativo
Mat. 352.218



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Minuta – Contratação de serviços de TV por assinatura

SIMP nº 003.0.12138/2017

DESPACHO

De ordem, encaminhamos o expediente à Assessoria Técnico-Jurídica, para análise e manifestação sobre a minuta de contrato elaborada por esta Unidade e aprovada pela unidade solicitante.

Salvador, 26 de maio de 2017.

Fernanda da Costa Peres
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Mat. nº 352.831

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OI MÓVEL S.A, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº xxx/2017 - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a EMPRESA OI MÓVEL S.A, CNPJ nº. 05.423.963/000-11, estabelecida à SCN QD 3 BL. A, Ed. Estação Telefônica, Térreo, parte 2, Asa Norte, Brasília/DF, representada por **Ivan Cícero Silva Laranjeira**, CPF/MF nº 454.209.635-15, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9 433/2005, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº 069/2017-DA, protocolado sob o nº 003.0.1213B/2017, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de TV por assinatura, com transmissão via satélite, na Sede do **CONTRATANTE** localizada no Centro Administrativo da Bahia - CAB.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Global;

2.2 Os serviços objeto deste instrumento serão prestados por meio de pacote de serviços denominado "OI TV MIX HD", distribuído através da tecnologia DHT, a englobar a disponibilização de 01 (um) ponto principal e 02 (dois) pontos adicionais, com fruição independente entre si;

2.3 A execução contratual compreende o fornecimento de mão de obra, material, ferramentas, equipamentos, assistência técnica (presencial e remota), transportes e quaisquer itens inerentes à perfeita e completa execução do objeto contratual;

2.4 Não haverá empregado(s) da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

2.5 A instalação e o serviço de ativação do sinal de TV deverá ser agendado pelo **CONTRATANTE** junto à **CONTRATADA**, e deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos;

2.5.1 Fica assegurado a **CONTRATADA** o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que se confirmar a disponibilidade técnica de instalação;

2.6 A guarda, segurança e integridade dos equipamentos cedidos pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços contratados são de responsabilidade do **CONTRATANTE**, que responderá por eventuais perdas, danos, furto, roubo e/ou quaisquer tipos de extravios sofridos pelos mesmos, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior;

2.7 Durante a vigência do Contrato é vedado ao **CONTRATANTE**:

2.7.1 Remover o(s) equipamento(s) do seu local original da instalação;

2.7.2 Alterar qualquer característica original da instalação, sem prévia autorização da **CONTRATADA**;

2.7.3 Efetuar qualquer espécie de reparo, manutenção ou abertura dos equipamentos;

2.7.4 Proceder qualquer alteração, ajuste, manutenção ou acréscimo, nas redes interna ou externa de distribuição dos sinais da **CONTRATADA**;

2.7.5 Permitir que qualquer pessoa não autorizada pela **CONTRATADA** manipule as redes interna e/ou antena externa, ou quaisquer outros equipamentos que as componha;

2.7.6 Acoplar, sem autorização da **CONTRATADA**, quaisquer outros equipamentos, de maneira que permitam a recepção de serviços adicionais não contratados pelo **CONTRATANTE**, ficando desde já ciente de que tais condutas, comumente conhecidas como "pirataria", podem configurar ilícitos de ordem cível e penal, passíveis de registro de ocorrência perante a competente autoridade policial e das consequentes ações cíveis e criminais.

2.8 Em caso de extinção do presente Contrato, o **CONTRATANTE** deverá solicitar a desconexão dos equipamentos objeto deste contrato, disponibilizando-os para imediata devolução e retirada, no mesmo estado em que os recebeu, ressalvando-se tão somente o desgaste natural decorrente do uso normal e adequado;

2.8.1 A retirada dos equipamentos pela **CONTRATADA**, quando da rescisão contratual, ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação, sem ônus para ao **CONTRATANTE**;

2.8.2. O **CONTRATANTE** declara-se ciente de que deverá disponibilizar responsável(s) para receber os técnicos da **CONTRATADA** na data e período agendados para a visita de retirada dos equipamentos, sob pena de arcar com os custos decorrentes da visita improcedente;

2.8.3 A desconexão dos equipamentos será realizada apenas e exclusivamente por técnicos habilitados pela **CONTRATADA**, que verificarão o seu estado de conservação e funcionamento no ato da retirada dos equipamentos;

2.9 O **CONTRATANTE** não está autorizado a utilizar o equipamento do ponto adicional em um endereço diferente do endereço onde estiver instalado ou informado o ponto principal, sob pena de responsabilização nos termos das legislações aplicáveis à matéria;

2.10 Não haverá empregado da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral nas suas instalações;

2.11 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.12 O recebimento provisório dos serviços realizados, quando couber, ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Serviços Gerais do **CONTRATANTE**;

2.13 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.13.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação pelo **CONTRATANTE**;

2.14 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.14.1 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.15 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e



no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE Inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	200	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O preço mensal máximo estimado pelos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 200,00 (duzentos reais);

4.1.1 Considerando a imprevisibilidade que permeia a demanda de serviços objeto deste contrato, o preço mensal efetivamente faturado poderá sofrer variações ao longo da execução contratual em razão da eventual cobrança de tributos e/ou utilização de produtos complementares ao pacote de serviços disponibilizados, não se admitindo, entretanto, a contratação global anual de serviços em montante superior ao valor anual máximo estimado, ressalvado o quanto disposto na Cláusula Quinta;

4.2. Dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, assistência técnica, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9 433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura e da Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo CONTRATANTE, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.2 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.3 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.4 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.5 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.1.1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante aplicação do IGP-DI, observadas as disposições legais;

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevisto, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 28 de maio de 2017 até 27 de maio de 2018, admitindo-se a sua prorrogação, desde que respeitados os limites de prazo e valor previstos na Lei Estadual-8a nº 9.433/2005.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;



9.2 Disponibilizar ao **CONTRATANTE** acesso ao serviço com padrão de qualidade e regularidade adequados a sua natureza em sua área de atuação;

9.3 Informar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventual exclusão de canais do Pacote de serviços contratado;

9.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.5 Fornecer toda a mão de obra, equipamentos/ferramentas, materiais e transportes necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;

9.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação, de forma a garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados;

9.7 Designar preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços e que seja responsável pelo bom e fiel andamento dos mesmos, com poderes para tomar as providências pertinentes para que sejam sanadas as falhas eventualmente detectadas,

9.8 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde sejam executados e entregues os serviços objeto deste Contrato,

9.8 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de preposto e/ou empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato,

9.9.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.10 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.11 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.12 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato,

9.13 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.13.1 Quando, por motivo de força maior, houver a necessidade de modificação dos serviços no que tange ao material ou ao formato especificado ou definido inicialmente pelo **CONTRATANTE**, a mesma somente poderá ser procedida após a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** submeter o pleito fundamentado à análise da equipe técnica do **CONTRATANTE**,

9.14 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, proporcionando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.15.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

9.16 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;

9.17 Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, bem como sobre a não execução de serviços, providenciando sua imediata reparação, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;

9.18 Apresentar esclarecimentos, sempre que solicitado formalmente pelo **CONTRATANTE**, no prazo de até 1 (um) dia útil;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Responsabilizar-se pela senha de acesso fornecida pela **CONTRATADA**, isentando-a de qualquer responsabilidade pelo seu uso, tendo assim que assumir todos os ônus que possam surgir em razão da má utilização e guarda da mesma;

10.3 Informar à **CONTRATADA** qualquer alteração dos seus dados cadastrais, tais como endereço de instalação e de cobrança, conta corrente e telefones de contato e e-mail;

10.4 Facilitar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais onde, eventualmente, haja prestação de serviços;

10.5 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.6 Determinar a prioridade dos serviços e solucionar quaisquer casos concernentes a esse assunto;

10.7 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.8 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 10.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

11.2.5 Promover, com a presença de preposto da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas,

11.2.7 Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;

11.2.8 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual,

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 10.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 12.2.2 a 12.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será apurada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração. Obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado.

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 10.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII – Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005,

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005,

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos I a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão a seguir discriminadas:

13.3.1 Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**,

13.3.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor,

13.3.3 Cobrança dos valores das multas e das indenizações, para ressarcimento da Administração;

13.3.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

14.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

14.2 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inatendimento da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 10.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, _____ de _____ de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Fredricko Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

OI MÓVEL S.A
Ivan Cícero Silva Laranjeira
Representante legal

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

Nome:
CPF/MF:

2ª Testemunha:

Nome:



Ref.: 003.0.12138/2017

DESPACHO

Encaminhe-se a presente demonstração à Assessoria Técnico-Jurídica, informando que os serviços da Oi Tv por assinatura se referem a um produto de varejo e não corporativo, pois a empresa não dispõe deste serviço para órgão público. Desta forma, o tipo do produto oferecido sofre anualmente um reajuste determinado pela ANATEL que altera o valor inicial contratado e também por mudanças na grade de canais com inclusão de novos programas, dificultando assim o pagamento mensal da fatura, gerando valores divergentes do inicialmente pactuado. Face ao exposto, solicito a viabilidade do valor contratual estimado entre R\$ 154,09 (cento e cinquenta e quatro reais e nove centavos) e R\$ 200,00 (duzentos reais). Encaminhando, em anexo, documentos que comprovam as diversas negociações e tratativas que tivemos com a referida empresa.

Salvador, 26 de maio de 2017.


SANDRO DANTAS
Coordenação de Serviços Gerais



Salvador, 26 de maio de 2017.

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Att.: Sra Amália Franco
Gerente Coordenação Financeira

Sandro Dantas
Coordenação de Serviço MP/BA

Referente: PROPOSTA OI TV PLANO MIX HD

Prezados Senhores,

Conforme solicitado e de acordo com o serviço atualmente disponibilizado para o Ministério Público a Oi Móvel S/A (Em recuperação Judicial) apresenta a seguir proposta para serviço Oi TV.

Pacote Oi TV Mix HD com Decodificador e 03 pontos

Valor Mensal: R\$ 154,09 a R\$ 200,00

Assim, caso o MPBA opte por continuar com o serviço Oi TV peço analisar a possibilidade de incluirmos no contrato uma cláusula flexibilizando os valores a serem cobrados no novo período junho/17 a junho/18, considerando um valor mensal entre R\$ 154,09 (valor atual) e R\$ 200,00 (valor com reajuste a partir de out/17).

Estamos disponíveis para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos para reiterar os nossos votos de estima e consideração com o Ministério Público do Estado da Bahia.

Atenciosamente,

Ricardo Freire de O. Menezes

Ricardo Freire de O. Menezes
Gerente de Vendas
TELEMAR NORTE LESTE S/A

Ivan Cícero Silva Laranjeira

Ivan Cícero Silva Laranjeira
Executivo de Negócios
TELEMAR NORTE LESTE S/A

CIENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



GRADE DE CANAIS

OI TV MIX HD (conheca/grade-de-canal-mix.php)

OI TV TOTAL HD (conheca/grade-de-canal-oitotal)

CANAIS OI TV MIX HD

FILMES E SÉRIES

Cinemax Curta Lifetime Studio Universal Syfy

FILMES E SÉRIES EM HD

A&E HD AXN HD Canal Brasil HD Investigation Discovery HD FOX FX HD Megapix HD

Sony HD Space HD TNT HD Universal Channel HD Warner HD

VARIEDADES

Chef TV E! Fish TV Mix TV PlayTV

VARIEDADES EM HD

Arte 1 HD Bis HD Canal Viva Comedy Central HD Fox Life HD Globosat HD GNT HD



MTV HD

Multishow HD

TBS HD

TLC HD

Tru TV HD

ESPORTES

Discovery
Turbo

E! Maxx

SporTV3

Wooohoo

ESPORTES EM HD

ESPN HD

ESPN Brasil
HD

Esporte
Interativo HD

Fox Sports HD

Off HD

Sportv HD

SporTV2 HD

INFANTIS

Disney
Channel

Disney Junior

Nickelodeon

INFANTIS EM HD

Cartoon
Network HD

Discovery Kids
HD

Gloob HD

Nickelodeon
HD

NOTÍCIAS

Band News

Clima Tempo

Record News

NOTÍCIAS EM HD

GloboNews
HD

DOCUMENTÁRIOS EM HD

Animal
Planet HDDiscovery
Channel HDHistory
Channel HD

History 2 HD

National
Geographic
HD

CANAIS ABERTOS

Aparecida

Band HD

Canção Nova

CNT

Globo HD

Ideal TV

NBR

Record News

Rede Brasil

Rede Vida

Rit

TV Câmara

TV Cultura

TV Escola

TV Justiça

TV Senado

RBI TV

Verifique a disponibilidade da Globo HD na sua região

Confira aqui a disponibilidade na sua cidade da Rede Globo (<http://www.oitv.com.br/ArquivosEstaticos/oi/docs/pdf/oiiv/lista-de-cidades-com-tv-globo.pdf>) e do SBT (<http://www.oitv.com.br/ArquivosEstaticos/oi/docs/pdf/oiiv/lista-de-cidades-sem-sbt.pdf>)

CORTESIA

Canal Oi

Canal Rural

Futura

Polishop

Rede Gênese

Rede Super

SescTV

Shoptime e TV Diário

Terra Viva

TV Cultura

TV LBV

TV Novo Tempo

CANAIS DE RÁDIO

Bahia FM

Band FM

Band news

BH FM

Bradesco esportes

CBN BH

CBN BSB

CBN RJ

Cultura Brasil

Cultura FM

Globo FM Bahia

Jovem Pan

Jovem Pan News

Nativa FM

Rádio 93 FM

Rádio Atlântica

Rádio Bandeirantes

Rádio Canção Nova

Rádio Clube do Pará

Rádio Cultura e Cultura
FM

Rádio Disney

Rádio Gaúcha

Rádio Globo RJ

Rádio Globo SP

Rádio Grenal

Rádio Itapanema

Rádio LBV

Rádio Novo Tempo

Rádio Sara Brasil FM

Rádio Super FM

Rádio Tamoio AM

Rádio Verdes Mares

Rádio RFI

CANAIS DE ÁUDIO

Anos 60

Anos 70

Anos 80

Anos 90

Axé

Baiadas

Blues

Bossa Nova

Disco

Easy Listening

Festa

Forró

Gospel

Hip Hop

Jazz Clássico

Jazz Contemporâneo

Kids

Latina

Lounge

MPB

Música Clássica

Música Eletrônica

New Rock

Pagode

R&B

Reggae

Rock Clássico

Samba de Raiz

Sertanejo

Standards

Sucessos

Trilhas sonoras

TURBINE SEU PLANO COM CANAIS ADICIONAIS

HBO

Adicione 10 canais HBO

Assista as melhores produções de filmes e séries.

(HBO, HBO2, HBO Plus, HBO Plus e, HBO Family, HBO Signature, Max, Max Up, Max Prime e Cinemax)

**TELE
CINE**

Adicione 6 canais

Assista as grandes produções e estreias de filmes e séries.

(TC Premium, TC Action, TC Touch, TC Fun, TC Pipoca e TC Premium)

PREMIER FC

De: <sandro@mpba.mp.br>
Data: quinta-feira, 23 de março de 2017 09:04
Para: <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Cc: "Maria Amália Borges Franco" <amalia@mpba.mp.br>; "Sued Almeida de Cerqueira" <sued.cerqueira@mpba.mp.br>
Anexar: Fatura OI.pdf
Assunto: Fw: Fatura OI

Prezado Ivan,
Encaminho a fatura do mes de Março de 2017 para que sejam regularizada, conforme tabela de Aditamento da OI TV (verificar corpo do email) com seus respectivos valores. Saliento que precisamos chegar a uma resolução desta situação que já se prolonga por um bom tempo, tentando assim evitar a interrupção do sinal.

Atenciosamente
Sandro Dantas
Coordenação de Serviços MP/BA

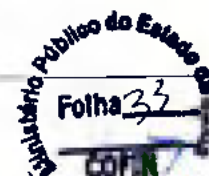
Prezado Ivan,
Encaminho a fatura do mes de Março de 2017 e mais uma vez as faturas de Novembro e Dezembro de 2016 para que sejam regularizadas, conforme tabela de Aditamento da OI TV (verificar corpo do email) com
Sandro Dantas
Coordenação de Serviços MP/BA

ADITAMENTO OI TV

QT	VALOR ADITADO ANUAL	R\$ 1.653,86	OBSERVAÇÕES	DIFERENÇA A FAVOR DA O
1	PAG JUNHO (PAGO)	120,86	(VALOR ANTIGO. ATUAL COM REAJUSTE R\$ 137,82)	16,96
2	PAG JULHO	152,82		
3	PAG AGOSTO	137,82		
4	PAG SETEMBRO	138,78	DIFERENÇA A MAIOR DE R\$ 0,96	
5	PAG OUTUBRO	138,82	DIFERENÇA A MAIOR DE R\$ 1,00	
6	PAG NOVEMBRO	137,82		
7	PAG DEZEMBRO	137,82		
8	PAG JANEIRO	137,82		
9	PAG FEVEREIRO	137,82		
10	PAG MARÇO	137,82		
11	PAG ABRIL	137,82		
12	PAG MAIO	137,82		
TOTAL		R\$ 1.653,84		

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.
Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena

andro@mpba.mp.br



De: "Maria Amalia Borges Franco" <amalia@mpba.mp.br>
Data: terça-feira, 7 de março de 2017 15:59
Para: "Ivan Cicero Silva Laranjeira" <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Cc: "Michela Cordeiro" <michela@mpba.mp.br>, "Jessica Siqueira Souza" <jessica.souza@mpba.mp.br>, "Sandro Luis Pimentel Dantas" <sandro@mpba.mp.br>, "Sued Almeida de Cerqueira" <sued.cerqueira@mpba.mp.br>, "Josias Marques de Lima Neto" <josias.neto@mpba.mp.br>
Assunto: TV POR ASSINATURA VIA SATÉLITE
Prezado Ivan, boa tarde

Conforme reunião ocorrida no dia 09/02/2017 acerca da situação da Oi e consequente acordo de, a partir da renovação do Contrato nº 57/2015, a partir de 29/05/2017, relativo à prestação de serviços de TV por assinatura via satélite, de isenção dos pagamentos através de bonificação por parte da Oi, com a oferta dos serviços sem custo para este Ministério Público, estamos no aguardo de documentação formal acerca do acordo verbal.

Atenciosamente

Amalia Franco
Superintendente
Superintendência Financeira
(71) 3103-0135

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira [mailto:ivan.laranjeira@oi.net.br]
Enviada em: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 09:17
Para: Josias Marques de Lima Neto; Frederico Wellington Silveira Soares, Maria Amalia Borges Franco; Michela Cordeiro; Sandro Luis Pimentel Dantas; Sued Almeida de Cerqueira, Jessica Siqueira Souza
Cc: Superintendencia
Assunto: RES: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV
Prioridade: Alta

Caro Josias, bom dia!

A questão das contas do serviço de Oi TV é de ordem sistêmica em virtude de ser um serviço do segmento de VAREJO que adaptamos para atender uma demanda do MPBA

Estou acompanhando junto ao faturamento da matriz a conclusão desta questão e ainda nesta 5ª feira deveremos receber as planilhas corrigidas de nov e dez/16 e jan/17 e no início da tarde irei pessoalmente falar com Sued e Sandro.

Solicitamos desculpas pelos transtornos e reafirmamos o interesse da Oi em prestar um atendimento diferenciado ao Ministério Público do Estado da Bahia.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Gerente das Relações Corporativas Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



ca acima está legalmente protegida
de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

Josias Marques de Lima Neto [mailto:josias.neto@mpba.mp.br]

ada em: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:36

a: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>, Frederico Wellington Silveira Soares
derico.silveira@mpba.mp.br>; Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro
chela@mpba.mp.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira
ed.cerqueira@mpba.mp.br>, Jessica Siqueira Souza <jessica.souza@mpba.mp.br>
Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>

unto: Re: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

azado Ivan boa tarde,

rovelto a oportunidade para solicitar a gentileza de entrar em contato com a Coordenação de Serviços para resolv
situação com relação ao ADITIVO CONTRATUAL - TV POR ASSINATURA VIA SATÉLITE. De acordo com o e-mail anexo
um feitas diversas tentativas através do seu e-mail e telefone e até o momento não obtvemos resposta. Aguardo s
eve retorno. Obrigado pela colaboração.

enciosamente,

Josias Marques Neto
Diretor Administrativo
Ministério Público do Estado da Bahia

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:26

Para: Frederico Wellington Silveira Soares; Yuri Gonzalez Araujo; Josias Marques de Lima Neto

Cc: José Rangel Silva Filho; Ricardo Freire De Oliveira Menezes

Assunto: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

Caros Frederico, Yuri e Josias,

Jo rme agendado com a Diretoria de TI do Ministério Público, confirmamos nosso evento " SHOWROOM - SOLUÇÕES DE TI
APLICAÇÕES e BENEFÍCIOS na GESTÃO PÚBLICA".

Reiteramos a participação de Gestores de TI, Administrativo/RH e Patrimônio

Local: Sede da Oi - AV ACM, 881 - ITAIGARA - SALVADOR

DATA: 10/02/2017 - 14:00

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Gerente Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031



marca acima está legalmente protegida.

antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a receber, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

De: "Sued Almeida de Cerqueira" <sued.cerqueira@mpba.mp.br>
Data: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 13:52
Para: "Ivan Cicero Silva Laranjeira" <ivan.laranjeira@oi.net.br> "Sandro Luis Pimentel Dantas" <sandro@mpba.mp.br>
Cc: "Josias Marques de Lima Neto" <josias.neto@mpba.mp.br>
Assunto: Re: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV
Boa tarde! Ok, Ivan. Obrigado! Estarei te aguardando

Att,

Sued de Cerqueira
Coordenação de Serviços Gerais

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Enviado: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 14:28
Para: Sandro Luis Pimentel Dantas; Sued Almeida de Cerqueira
Cc: Josias Marques de Lima Neto
Assunto: ENC: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV

Olá Sued e Sandro,

Segue em anexo as 2as vias das contas do serviço Oi TV de nov/16 e jan/17 ajustadas. A fatura de dezembro/16 foi cancelada e não será cobrada.

Às 16:00 estarei aí para esclarecermos as dúvidas.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Assessor de Relações Corporativas ao Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira
Enviada em: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 09:17
Para: "Josias Marques de Lima Neto" <josias.neto@mpba.mp.br>; Frederico Wellington Silva Soares <frederico.silveira@mpba.mp.br>; Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira <sued.cerqueira@mpba.mp.br>; Jessica Siqueira Souza <jessica.souza@mpba.mp.br>
Cc: Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>
Assunto: RES: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV
Prioridade: Alta

Caro Josias, bom dia!



A questão das contas do serviço de Oi TV é de ordem sistêmica em virtude de ser um serviço do segmento de TV a cabo. Adaptamos para atender uma demanda do MPBA.

Estou acompanhando junto ao faturamento da matriz a conclusão desta questão e ainda nesta 5ª feira deveremos receber as contas corrigidas de nov e dez/16 e jan/17 e no início da tarde irei pessoalmente falar com Sued e Sandro.

Solicitamos desculpas pelos transtornos e reafirmamos o interesse da Oi em prestar um atendimento diferenciado ao Ministério Público do Estado da Bahia.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Gerente de Contas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Josias Marques de Lima Neto [<mailto:josias.neto@mpba.mp.br>]

Enviada em: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:36

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>; Frederico Wellington Silveira Soares <frederico.silveira@mpba.mp.br>; Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira <sued.cerqueira@mpba.mp.br>; Jessica Siqueira Souza <jessica.souza@mpba.mp.br>
Cc: Superintendência <superintendencia@mpba.mp.br>

Assunto: Re: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

Prezado Ivan boa tarde,

Foi-me dada a oportunidade para solicitar a gentileza de entrar em contato com a Coordenação de Serviços para resolver a situação com relação ao ADITIVO CONTRATUAL - TV POR ASSINATURA VIA SATÉLITE. De acordo com o e-mail anexo foram feitas diversas tentativas através do seu e-mail e telefone e até o momento não obtivemos resposta. Aguardo seu breve retorno. Obrigado pela colaboração.

Atenciosamente,

Josias Marques Neto
Diretor Administrativo
Ministério Público do Estado da Bahia

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Enviado: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:26

Para: Frederico Wellington Silveira Soares; Yuri Gonzalez Araujo; Josias Marques de Lima Neto

Cc: José Rangel Silva Filho; Ricardo Freire De Oliveira Menezes

Assunto: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

Caros Frederico, Yuri e Josias,



Conforme agendado com a Diretoria de TI do Ministério Público, confirmamos nosso evento "SHOWROOM: SOLUÇÕES DE TI - APLICAÇÕES e BENEFÍCIOS na GESTÃO PÚBLICA".

Reiteramos a participação de Gestores de TI, Administrativo/RH e Patrimônio.

Local: Sede da Oi - AV ACM, 881 - ITAIGARA - SALVADOR

DATA: 10/02/2017 - 14:00

Atenciosamente,

van Cicero Silva Laranjeira
Gerente de Relações Corporativas Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
van.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.
Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.
Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

sandro@mpba.mp.br



De: 'Ivan Cicero Silva Laranjeira' <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Data: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 13:28
Para: "Sandro Luis Pimentel Dantas" <sandro@mpba.mp.br>; "Sued Almeida de Cerqueira" <sued.cerqueira@mpba.mp.br>
Cc: 'Josias Marques de Lima Neto' <josias.neto@mpba.mp.br>
Anexar: OI TV FATURA NOV16_MPBA.pdf; OI TV FATURA JAN17_MPBA.pdf
Assunto: ENC SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV
Caros Sued e Sandro,

Segue em anexo as 2as vias das contas do serviço Oi TV de nov/16 e jan/17 ajustadas. A fatura de dezembro/16 foi cancelada e não será cobrada.

Às 16:00 estarei aí para esclarecermos as dúvidas.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Gerente de Contas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
021 71) 3131-2890
021 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira
Enviada em: quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017 09:17
Para: 'Josias Marques de Lima Neto' <josias.neto@mpba.mp.br>; Frederico Wellington Silva Soares <frederico.silveira@mpba.mp.br>; Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira <sued.cerqueira@mpba.mp.br>; Jessica Siqueira Souza <jessica.souza@mpba.mp.br>
De: Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>
Assunto: RES: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO // Oi TV
Prioridade: Alta

Caro Josias, bom dia!

A questão das contas do serviço de Oi TV é de ordem sistêmica em virtude de ser um serviço do segmento de VAREJO que adaptamos para atender uma demanda do MPBA.

Estou acompanhando junto ao faturamento da matriz a conclusão desta questão e ainda nesta 5ª feira deveremos receber as 2as vias corrigidas de nov e dez/16 e jan/17 e no início da tarde irei pessoalmente falar com Sued e Sandro.

Solicito desculpas pelos transtornos e reafirmamos o interesse da Oi em prestar um atendimento diferenciado ao Ministério Público do Estado da Bahia.

Atenciosamente,

van Cicero Silva Laranjeira
Endas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
van.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Josias Marques de Lima Neto [<mailto:josias.neto@mpba.mp.br>]
Enviada em: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:36
Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>, Frederico Wellington Silveira Soares
<frederico.silveira@mpba.mp.br>, Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>, Michela Cordeiro
<michela@mpba.mp.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira
<sued.cerqueira@mpba.mp.br>, Jessica Siqueira Souza <jessica.souza@mpba.mp.br>
De: Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>
Assunto: Re: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

Prezado Ivan boa tarde,

Aproveito a oportunidade para solicitar a gentileza de entrar em contato com a Coordenação de Serviços para resolver a situação com relação ao ADITIVO CONTRATUAL - TV POR ASSINATURA VIA SATÉLITE. De acordo com o e-mail anexo foram feitas diversas tentativas através do seu e-mail e telefone e até o momento não obtivemos resposta. Aguardo o breve retorno. Obrigado pela colaboração.

Atenciosamente,

Josias Marques Neto
Diretor Administrativo
Ministério Público do Estado da Bahia

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Enviado: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017 15:26
Para: Frederico Wellington Silveira Soares; Yuri Gonzalez Araujo; Josias Marques de Lima Neto
De: Jose Rangel Silva Filho; Ricardo Freire De Oliveira Menezes
Assunto: SHOWROOM - SOLICITAÇÕES DE TI PARA A GESTÃO

Caros Frederico, Yuri e Josias,

Conforme agendado com a Diretoria de TI do Ministério Público, confirmamos nosso evento "SHOWROOM - SOLUÇÕES DE TI - APLICAÇÕES e BENEFÍCIOS na GESTÃO PÚBLICA".

Reiteramos a participação de Gestores de TI, Administrativo/RH e Patrimônio.

Local: Sede da Oi - AV ACM, 881 - ITAIGARA - SALVADOR

DATA: 10/02/2017 - 14:00

Atenciosamente,

Van Cicero Silva Laranjeira
Endereço Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
(31 71) 3131-2890
(31 71) 98801-1031
van.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Objetivo do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

De: "Ivan Cicero Silva Laranjeira" <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Data: terça-feira, 13 de dezembro de 2016 22:27
Para: "Maria Amalia Borges Franco" <amalia@mpba.mp.br>
Cc: "Sandro Luis Pimentel Danrtas" <sandro@mpba.mp.br>, "Michela" <michela@mp.ba.gov.br>, <jessica.souza@mp.ba.gov.br>
Assunto: RES Ministério Público RES. INFORMAÇÕES DE CDMPENSACÃO DE CREDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015 3 Amália,

Estou aguardando o retorno do faturamento

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Maria Amalia Borges Franco [mailto:amalia@mpba.mp.br]
Enviada em: terça-feira, 13 de dezembro de 2016 12:01
Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>
Cc: Sandro Luis Pimentel Danrtas <sandro@mpba.mp.br>; 'Michela' <michela@mp.ba.gov.br>, jessica.souza@mp.ba.gov.br
Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015 3
Prioridade: Alta

Prezado Ivan, bom dia

Com relação às faturas de julho e agosto, não podem ser enviadas?

Atenciosamente,

Amália Franco
Gerente
Coordenação Financeira
71) 3103-0135

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira [mailto:ivan.laranjeira@oi.net.br]
Enviada em: quarta-feira, 7 de dezembro de 2016 17:27
Para: Maria Amalia Borges Franco
Cc: sandro@mpba.mp.br
Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015 3
Prioridade: Alta

da Amália,



Estamos de acordo com as considerações do email.

Entendi equivocadamente que como tínhamos alinhado isto em reunião, não precisaria do de acordo por email.

O MPBA pagará as contas de maio/16 no valor de R\$ 125,32 (em anexo), setembro/16 no valor de R\$ 138,78 e outubro/16 no valor de R\$ 138,82, cujas contas já estão com Sandro. Com relação a conta de novembro/16 no valor de R\$ 154,06 com vencimento em 09/12 estou solicitando ajuste para o valor de R\$ 137,82 que deverá ser o mesmo valor para as contas até maio/2017.

Para as próximas contas, caso o sistema gere contas com valores maiores, fica alinhado que Sandro digitalizará a conta e enviará para a devida correção.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Frendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Maria Amalia Borges Franco [mailto:amalia@mpba.mp.br]

Enviada em: quarta-feira, 9 de novembro de 2016 10:13

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>, sandro@mpba.mp.br

Cc: 'Michela Cordeiro' <michela@mpba.mp.br>; 'Sued Almeida de Cerqueira' <sued.cerqueira@mpba.mp.br>; 'Ricardo Naster Ladeira de Mello' <ricardonaster@mpba.mp.br>; Priscila Leal Lima <priscila.lima@oi.net.br>; Lorena Silveira <lorena.silveira@oi.net.br>

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015 3

Prioridade: Alta

Prezado Ivan, bom dia

Conforme tabela abaixo, após o aditamento contratual, cujo valor passou para R\$ 1.653,86 anual e R\$ 137,82 mensal, observamos que o pagamento relativo ao mês de junho/2016 foi inferior ao contratado, restando, a favor da Oi um crédito de R\$ 16,96 em relação às faturas de Setembro e Outubro/2016, as mesmas apresentam divergências de valores, totalizando R\$ 1,96

isto que não foram emitidas as faturas de Julho e Agosto/2016, encaminhamos, como sugestão para regularização dos pagamentos, o ajuste das diferenças na fatura do mês de julho/16 (tabela abaixo), incluindo a diferença de R\$ 16,96 e abatendo o valor a maior de R\$ 1,96, ficando, portanto as faturas de agosto/2016 e novembro/2016 a maio/2017 no valor mensal de R\$ 137,82.

Em respeito a isso, ficamos no aguardo de posicionamento de V. Sª., a fim de que possamos encaminhar as faturas para fins de pagamento.

Atenciosamente

Amalia Franco
Gerente
Coordenação Financeira
71) 3103-0135

ADITAMENTO OI TV

QT	VALOR ADITADO ANUAL	R\$ 1.653,86	OBSERVAÇÕES	DIFERENÇA A FAVOR DA OI
1	PAG JUNHO (PAGD)	120,86	(VALOR ANTIGO ATUAL COM REAJUSTE R\$ 137,82)	16,96
2	PAG JULHO	152,82		
3	PAG AGOSTO	137,82		
4	PAG SETEMBRO	138,78	DIFERENÇA A MAIOR DE R\$ 0,96	
	PAG OUTUBRO	138,82	DIFERENÇA A MAIOR DE R\$ 1,00	
6	PAG NOVEMBRO	137,82		
7	PAG DEZEMBRO	137,82		
8	PAG JANEIRO	137,82		
9	PAG FEVEREIRO	137,82		
10	PAG MARÇO	137,82		
11	PAG ABRIL	137,82		
12	PAG MAIO	137,82		
TOTAL		R\$ 1.653,84		

De: Ivan Cícero Silva Laranjeira [mailto:ivan.laranjeira@oi.net.br]

Enviado em: terça-feira, 8 de novembro de 2016 22:20

Para: sandro@mpba.mp.br; Maria Amália Borges Franco

Cc: Michela Cordeiro; Sued Almeida de Cerqueira; Ricardo Naster Bandeira de Mello; Priscila Leal Lima; Lorena Silveira

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Caros Sandro e Amália,

Seguem pontos alinhados na nossa reunião de hoje no MPBA

- ✓ O MPBA priorizará o pagamento das contas de setembro e outubro com os valores atuais visando evitar bloqueio do serviço
- ✓ Para o valor das próximas contas, o MPBA fará um levantamento dos valores pagos desde de maio/16 visando definir o valor mensal até maio/17
- ✓ Em virtude do OI TV se caracterizar como serviço do segmento de varejo a correção do valor será efetuada mensalmente caso os valores sejam faturados diferentemente do contrato.

Atenciosamente,

van Cicero Silva Laranjeira
Endas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
van.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida
antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: sandro@mpba.mp.br [mailto:sandro@mpba.mp.br]

enviada em: segunda-feira, 7 de novembro de 2016 11:06

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Cc: Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>; Sued Almeida de Cerqueira
<sued.cerqueira@mpba.mp.br>; Ricardo Naster Bandeira de Mello <ricardonaster@mpba.mp.br>

Assunto: Fw: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE CDEMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prezado Ivan,

Acabei de receber 02 (duas) cartas de cobranças referente a Set/2016 e Out/2016, saliento que precisamos resolver o processo com maior brevidade para que não tenhamos os sinais cortados novamente.

Aguardo seu retorno com maior brevidade.

Atenciosamente

Sandro Dantas

Coordenação de Serviços MP/BA

De: sandro@mpba.mp.br

Envio: Friday, November 04, 2016 3:26 PM

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira ; Maria Amalia Borges Franco

Cc: Lorena Silveira

Assunto: Re: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prezado Ivan,

Os valores das referidas notas fiscais encontram-se diferentes do valor contratado que é de R\$ 137,82 (cento e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), gostaria do envio com o valor correto para que possamos adiantar o pagamento evitando assim maiores transtornos.

Atenciosamente

Sandro Dantas

Coordenação de Serviços MP/BA

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Envio: Friday, November 04, 2016 3:14 PM

Para: Sandro Luis Pimentel Dantas ; Maria Amalia Borges Franco

Cc: Lorena Silveira

b17ágira 5 de 17

Subject: ENC: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015



Iandro,

Segue as contas de setembro/16 e outubro/16 para adiantarem o processo.
Estamos vendo o que ocorreu e posteriormente daremos os esclarecimentos.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
031 71) 3131-2890
031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Heide Caroline Desiderio Menezes

Enviada em: quinta-feira, 3 de novembro de 2016 16:26

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira; Lorena Silveira; Maria Da Saude Queiroz Silva

Cc: Priscila Leal Lima

Assunto: RES: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Ivan,

Conforme retorno abaixo, eu só consigo lhe informar no momento o código de barras e informa-lo de que a segunda via foi enviada por e-mail. Verifiquei no Web contas e não consta fatura da Oi TV atualizada com a contestação.

Att,

Heide Caroline Desiderio Menezes
Tubo Tv E Convergentes
Relacionamento Com Clientes
31 988852055
heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Enviada em: quinta-feira, 3 de novembro de 2016 16:15


Para: Heide Caroline Desiderio Menezes; Lorena Silveira; Maria Da Saude Queiroz Silva

Cc: Priscila Leal Lima

Assunto: Re: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Oi Heide,

bl 7ágina 6 de 17

Estou com vários e-mail do Ministerio Publico cobrando o envio imediato das 2as vias abaixo.  cartas Cobrança da Oi ameaçando o corte

Informam que se isto reincidir tomarão as providências cabíveis.

Aguardo seu retorno.

Lorena,

Pereço seu apoio também para co seguirmos as 2as vias ajustadas da Ou TV.

Enviado do meu iPhone

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira

Em 26 de out de 2016, às 07:18, Heide Caroline Desiderio Menezes <heide.menezes@oi.net.br> escreveu

Ivan,

Conseguimos enviar para vc o código de barras. Segunda via só pelos correios.

846100000013 387803690008 000000000000 060880920438

Vencimento 18/11

Valor:138,78

846500000019 388203690002 000000000000 062110720448

Vencimento 18/11/2016

Valor:138,82

Att,

Heide Caroline Desiderio Menezes

Fobo Tv E Convergentes

Relacionamento Com Clientes

(31) 988852055

heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Enviada em: terça-feira, 25 de outubro de 2016 22:51

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Priscila Leal Lima; Maria Da Saude Queiroz Silva; Lorena Silveira

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE CDMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - DI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Oi Heide,

Me envie as 2as vias por email.

O cliente recebeu uma correspondência hoje informando possibilidade de bloqueio, não podemos deixar que aconteça novamente.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
(031 71) 3131-2890
(031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Heide Caroline Desiderio Menezes

Enviada em: terça-feira, 25 de outubro de 2016 12:48

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Oi,

Segue retorno e tratamento.

Heide Caroline Desiderio Menezes
Foco Tv E Convergentes
Relacionamento Com Clientes
(31) 988852055
heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Juliermy Kadmon Alcantra de Figueredo - AeC [<mailto:juliermy.figueredo@aec.com.br>]

Enviada em: terça-feira, 25 de outubro de 2016 13:46

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Amanda Pereira de Sousa - AeC; Werismar Lopes Santos - AeC

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Boa tarde.

Conforme solicitado realizado contestação.

<image003.png>

Atenciosamente,

Juliermy Kadmon Alcântara de Figueiredo
Supervisor de BACKOFFICE Atendimento SAC/Contas/Suporte Técnico



88 88065291

UNIDADE JUAZEIRO DO NORTE - CE



Relacionamento com
Responsabilidade

120

PENSE
DIFERENTE
PENSE

De: Heide Caroline Desiderio Menezes [<mailto:heide.menezes@oi.net.br>]

Enviada em: terça-feira, 25 de outubro de 2016 12:31

Para: Juliermy Kadmon Alcantra de Figueredo - AeC

Cc: Amanda Pereira de Sousa - AeC; Werismar Lopes Santos - AeC

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Todos em aberto

Heide Caroline Desiderio Menezes

Fobo Tv E Convergentes

Relacionamento Com Clientes

(31) 988852055

heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Juliermy Kadmon Alcantra de Figueredo - AeC [<mailto:juliermy.figueiredo@aec.com.br>]

Enviada em: terça-feira, 25 de outubro de 2016 12:17

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Amanda Pereira de Sousa - AeC; Werismar Lopes Santos - AeC

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Heide, bom dia.

Então todos os extratos que tiver com valor alterado temos que contestar deixando o valor de R\$ 138,82?

Atenciosamente,

Juliermy Kadmon Alcântara de Figueiredo

Supervisor de BACKOFFICE Atendimento SAC/Contas/Suporte Técnico

88 88065291

UNIDADE JUAZEIRO DO NORTE - CE



Relacionamento com
Responsabilidade

PENSE
DIFERENTE
PENSE
DAS SUAS EMPRESAS

De: Heide Caroline Desiderio Menezes [mailto:heide.menezes@oi.net.br]

Enviada em: segunda-feira, 24 de outubro de 2016 12:27

Para: Juliermy Kadmon Alcantra de Figueredo - AeC

Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Oi,

Segue retorno para tratamento.

Heide Caroline Desiderio Menezes

Fobo Tv E Convergentes

Relacionamento Com Clientes

(31) 988852055

heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Enviada em: segunda-feira, 24 de outubro de 2016 12:13

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Priscila Leal Lima

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Heide,

Correto.

Segue por ordem cronológica email de Renato Simões do MKT liberando o reajuste, no entanto reajustamos pelo IGP-DI para se aproximar do valor de portfólio, mas este valor não pode ser diferente do contratado por questão orçamentária (Val lembrar que contratos de Governo são emitidos pelo cliente)

Com relação aos pagamentos, não entendi se maio/16 está em aberto ou não, o que precisamos efetivamente é apresentar ao cliente todas as contas em aberto no valor mensal de R\$ 138,82.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira

Vendas Corporativo Ba Governo

Diretoria de Clientes Corporativos

b17ágina 10 de 17



(031 71) 3131-2890
(031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Heide Caroline Desiderio Menezes

Enviada em: segunda-feira, 24 de outubro de 2016 09:10

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Ivan,

Mesmo assim temos que contestar para chegar ao valor do contrato?

Att,

Heide Caroline Desiderio Menezes

Fobo Tv E Convergentes

Relacionamento Com Clientes

(31) 988852055

heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Juliermy Kadmon Alcantra de Figueiredo - AeC [<mailto:juliermy.figueiredo@aec.com.br>]

Enviada em: segunda-feira, 24 de outubro de 2016 10:09

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Amanda Pereira de Sousa - AeC; Werismar Lopes Santos - AeC

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Heide, bom dia.

Extrato com vencimento 09/10/2016 valor de R\$ 229,92 esta corretos pois cliente esta sendo cobrado pelo período do mês 08,09 e um recobrança do mês 05 (que foi cancelado extrato devido contestação em ZERO), pois a ultima cobrança foi no mês 07.

Extrato com vencimento 09/11/2016 valor R\$ 146,48 esta corretos pois valores estão conforme reajuste anual.

Caso seja necessário contestar me informa

Obs.; valores a parti do mês 10 ira cobrar R\$ 104,80 plano e R\$ 41,72 (R\$ 20,86 cada ponto) ponto adicional.

<image006.png>

Atenciosamente,

Juliermy Kadmon Alcântara de Figueiredo

Supervisor de BACKOFFICE Atendimento SAC/Contas/Suporte Técnico

88 88065291

UNIDADE JUAZEIRO DO NORTE - CE



Relacionamento com
Responsabilidade

Um tempo, um jeito, um compromisso.

PENSE
DIFERENTE
PENSE

De: Heide Caroline Desiderio Menezes [<mailto:heide.menezes@oi.net.br>]

Enviada em: sexta-feira, 21 de outubro de 2016 12:45

Para: Julierny Kadmon Alcantra de Figueredo - AeC

Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

O,

Trate este caso por gentileza.

Obrigada,

Heide Caroline Desiderio Menezes

Fobo Tv E Convergentes

Relacionamento Com Clientes

(31) 988852055

heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Enviada em: sexta-feira, 21 de outubro de 2016 11:41

Para: Heide Caroline Desiderio Menezes

Cc: Priscila Leal Lima

Assunto: RES. Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Heide,

O Valor correto é R\$ 138,32 e está cobrando R\$ 229,92 o que extrapola o orçamento contratual para 12 meses. Seguem o contrato de 2015 e o 1º TA de 2016.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira

Vendas Corporativo Ba Governo

Diretoria de Clientes Corporativos

(031 71) 3131-2890

(031 71) 98801-1031

ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Heide Caroline Desiderio Menezes

Enviada em: sexta-feira, 21 de outubro de 2016 07:57

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Cc: Priscila Leal Lima <priscila.lima@oi.net.br>

Assunto: RES: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO – DI TV – CO
57/2015



Ivan,

Qual o valor deve ser gerado para o contrato?

Att,

Heide Caroline Desiderio Menezes
Fobo Tv E Convergentes
Relacionamento Com Clientes
(31) 988852055
heide.menezes@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira
Enviada em: quinta-feira, 20 de outubro de 2016 12:25
Para: Heide Caroline Desiderio Menezes
Cc: Priscila Leal Lima
Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO – OI TV – CONTRATO Nº
S7/2015
Prioridade: Alta

Oi Heide, bom dia!

Conforme conversamos preciso mais uma vez do seu apoio para tratar a assinatura da OI TV do Ministério Público que voltou a apresentar valores diferentes do contratado.

O valor correto da assinatura é R\$ 138,32 e voltou ao valor indevido de R\$ 229,92 que você já tinha corrigido até junho/16 conforme email abaixo

Neste momento o cliente apresenta 03 contas sem pagamento, julho, agosto e setembro e precisamos ajustar o quanto antes para evitar suspensão dos serviços.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
(031 71) 3131-2890
(031 71) 98801-103 |
ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira
Enviada em: sexta-feira, 12 de agosto de 2016 12:25
Para: Marcus Vinicius De Santana <marcus.santana@oi.net.br>; Rodrigo Mendes Pimentel Lima
<rodrigo.pimentel.lima@oi.net.br>; Anderson Alves Maciel <anderson.alves@oi.net.br>; Heide Caroline Desiderio
Menezes <heide.menezes@oi.net.br>; Maria Da Saude Queiroz Silva <SAUDE@oi.net.br>
Cc: Priscila Leal Lima <priscila.lima@oi.net.br>

Assunto: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015
Prioridade: Alta



Anderson e Heide,

Reforçando o agradecimento sobre a solução da Oi TV do Ministério Público.
Reitero a questão das baixas das contas para evitar que o problema reincida.

Saúde,

Você pode nos ajudar?

Marcus,

Muito grato pelo habitual apoio nas nossas demandas de Governo.
Ministério Público confirmou tudo ok para os 3 pontos.

Atenciosamente

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
(031 71) 3131-2890
(031 71) 98801-1031
ivan.laranjeira@oi.net.br
<image002.png>

A marca acima está legítimamente protegida.
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: sandro@mpba.mp.br [mailto:sandro@mpba.mp.br]

Enviada em: sexta-feira, 12 de agosto de 2016 10:55

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Assunto: Re: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Tudo certo aqui amigo, mais uma vez obrigado.

Sandro

From: [Ivan Cicero Silva Laranjeira](mailto:Ivan.Cicero.Silva.Laranjeira@oi.net.br)
Sent: Friday, August 12, 2016 10:36 AM
To: [Sandro Luis Pimentel Dantas](mailto:Sandro.Luis.Pimentel.Dantas@mpba.mp.br)
Subject: ENC: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Sandro,

Gentileza nos retornar se está tudo ok com o serviço em todos os pontos.

Atenciosamente

Ivan Cicero Silva Laranjeira
Vendas Corporativo Ba Governo
Diretoria de Clientes Corporativos
(031 71) 3131-2890
(031 71) 98801-1031

ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.



De: Marcus Vinicius De Santana

Enviada em: sexta-feira, 12 de agosto de 2016 10:13

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>, Rodrigo Mendes Pimentel Lima <rodrigo.pimentel.lima@oi.net.br>

Assunto: Ministério Público RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Ivan,

TV funcionando normalmente no Ministério Público. Quem nos acompanhou e assinou a documentação foi o Sr Valdemar Gomes da Silva da administração.

Sds,

Marcus Vinicius De Santana
DTH/TUP/PRIORIDADES

Acesso AI/Ba/Se

Serviço a Clientes Mg/Ne/No

(031 71) 3131-4343

(031 71) 98801-0093

marcus.santana@oi.net.br



A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: Ivan Cicero Silva Laranjeira

Enviada em: quinta-feira, 11 de agosto de 2016 17:10

Para: michela <michela@mp.ba.gov.br>; Sandro Luis Pimentel Dantas <sandro@mpba.mp.br>

Cc: Marcus Vinicius De Santana <marcus.santana@oi.net.br>

Assunto: RES: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Caros Michela e Sandro,

Tínhamos uma questão sistêmica para evitar o cancelamento do serviço, o qual foi concluído ontem. Amanhã(6ª feira) irá um técnico nosso ao MPBA fazer as atualizações para normalizar o problema. O contato será com o Sandro, passei o ramal 3103-0150.

Com relação as contas, encaminhamos para uma outra equipe e nos próximos dias teremos um retorno.

Atenciosamente,

Ivan Cicero Silva Laranjeira

Vendas Corporativo Ba Governo

Diretoria de Clientes Corporativos

(031 71) 3131-2890

(031 71) 98801-1031



ivan.laranjeira@oi.net.br

<image002.png>

A marca acima está legalmente protegida.

Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

De: michela [mailto:michela@mp.ba.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 11 de agosto de 2016 11:22

Para: Ivan Cicero Silva Laranjeira <ivan.laranjeira@oi.net.br>

Cc: Sandro <sandro@mpba.mp.br>

Assunto: INFORMAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO - OI TV - CONTRATO Nº 57/2015

Prioridade: Alta

Bom dia,

Conforme e-mail abaixo já teríamos algum retorno da OI sobre a compensação do pagamento? E com a compensação do pagamento a Fatura de nº 1740792039 (maio/2016, vencimento 09/06), será cancelada?

Aguardo o retorno,

Michela Cordeiro de Araújo

Coordenador Administrativo II

Coordenação Financeira - Sala 124 - 1º andar

Ministério Público do Estado da Bahia

Centro Administrativo da Bahia - CAB

Tel: (71) 3103-0533/0138/0135

From: michela

Sent: Friday, August 05, 2016 10:42 AM

To: Sandro ; ivan.laranjeira@oi.net.br

Subject: COMPROVANTES DE PAGAMENTO - OI TV

Prezados,

Segue anexo NOB's referente ao contrato de prestação de serviços da OI/TV nº 57/2015 firmado com este Ministério Público do Estado da Bahia.

Conforme contato por telefone no número 10631 foi informado que temos a conta referente ao mês de maio/2016 em aberto no sistema, sendo que pagamos duas contas referente ao mês de abril/2016, diante disso pedimos a compensação do valor pago em duplicidade para que a conta do mês de maio/2016 seja quitada.

Aguardamos que seja restabelecido o serviço.

Aguardo o retorno,

Michela Cordeiro de Araújo

Coordenador Administrativo II

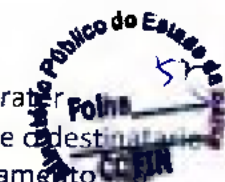
Coordenação Financeira - Sala 124 - 1º andar

Ministério Público do Estado da Bahia

Centro Administrativo da Bahia - CAB .

Tel.: (71) 3103-0533/0138/0135

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira por favor retomá-la ao destinatário e apaga-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. O autor não é responsável pelo conteúdo ou a veracidade desta informação.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira por favor retomá-la ao destinatário e apaga-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. O autor não é responsável pelo conteúdo ou a veracidade desta informação.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira por favor retomá-la ao destinatário e apaga-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. O autor não é responsável pelo conteúdo ou a veracidade desta informação.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.



PROCEDIMENTO Nº. 003.0.12138/2017 – PGJ

INTERESSADA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE TV POR ASSINATURA. CONTRATAÇÃO DE PEQUENO VALOR. LIMITE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 59, INCISO II C/C ART. 65 DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

PARECER Nº. 0475/2017

1. Trata-se de autorização para contratação direta, através de Dispensa de Licitação, em favor da empresa Oi Móvel S.A., no valor anual estimado de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), visando à prestação de serviços de TV por assinatura.
2. A despesa correrá por conta do Projeto/Atividade 2000 – Manutenção dos serviços técnicos administrativos – Elemento 33.90.39, cujo saldo de dotação é de R\$ 506.629,00 (quinhentos e seis mil e seiscentos e vinte e nove reais).
3. Anexados ao procedimento: proposta do fornecedor, pesquisa de mercado, minuta de contrato a ser firmado para o objeto e justificativa para a pretensa contratação. As provas de regularidade fiscal deixaram de ser colacionadas aos autos em virtude de a Oi Móvel S.A. encontrar-se em recuperação judicial, e ter obtido deferimento judicial de tutela de urgência, que determinou, dentre outras, a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada à recuperanda (documento de fls. 04-10).

4. O desiderato da recuperação judicial, consoante previsão do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

5. O Superior Tribunal de Justiça, respaldando o retrocitado artigo, tem firmado entendimento que flexibiliza a exigência das certidões negativas também para as contratações com a Administração Pública. Senão vejamos:

DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL,

*julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013). 3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de intelecção, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público. 4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005. 5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes. 6. Recurso especial a que se nega provimento.
(sem grifos no original)*

6 Tal entendimento ecoa no Tribunal de Contas da União, como se verifica no Acórdão nº 8271/2011:

ACÓRDÃO Nº 8271/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACDRDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III, 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, após o envio de cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 3 dos autos (instrução de mérito) à representante e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.996/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

 3/6



1.1. Interessado: Tracomal Terraplenagem e Construções Machado Ltda (27.143.007/0001-19)

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações:

1.5.1. dar ciência à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93. (sem grifos no original)

7. A situação sob análise se amolda à hipótese de dispensa, considerando que o serviço a ser contratado não ultrapassa o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limite orientado pela aplicação dos arts. 55 e 59 da Lei Estadual nº 9.433/2005, *in verbis*:

Art. 55 – Para definição das modalidades licitatórias, serão observados os limites fixados por ato expedido pela Administração, os quais não excederão a 100% (cem por cento) do valor fixado para situação idêntica, e na área de sua competência, pela União.

Art. 59 – É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

8. Segundo o termo de referência apresentado pela Diretoria Administrativa, a justificativa para contratação é atender a necessidade do serviço, que tem o fito de manter atualizadas a Central Integrada de Comunicação Social e a Procuradoria-Geral de Justiça acerca dos fatos que possam surgir no Brasil e no mundo que sejam de interesse institucional.

 4/6

9. Em relação à justificativa do preço, observa-se do expediente que foi considerado, ainda que de forma estimada, o menor preço dentre os três orçamentos obtidos na pesquisa de mercado. Acerca da utilização de valor mensal estimativo, fundamenta a unidade responsável, em documento de fls. 28, *in verbis*:

"(...) os serviços da Oi Tv por assinatura se referem a um produto de varejo e não corporativo, pois a empresa não dispõe deste serviço para órgão público. Desta forma, o tipo do produto oferecido sofre anualmente um reajuste determinado pela ANATEL que altera o valor inicial contratado e também por mudanças na grade de canais com inclusão de novos programas, dificultando assim o pagamento mensal da fatura, gerando valores divergentes do inicialmente pactuado. (...)"

10. Conforme dispõe o caput do art. 65 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, nos casos de dispensa previstos no art. 59, incisos I e II, excepciona-se a regra segundo a qual se faz necessária a publicação na imprensa oficial, em razão do valor menor da contratação:

Art. 65 - A dispensa ou a inexigibilidade de licitação requer sempre ato formal fundamentado da autoridade competente, publicado na imprensa oficial, com exceção das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 59 desta Lei.

11. Por fim, a minuta contratual obedece às disposições da Lei nº. 9.433/05, em especial as exigências do art. 126 e seguintes, constando as cláusulas referentes ao objeto, o regime e forma de execução, recebimento, dotação orçamentária, previsão de acréscimos ou supressões do valor do contrato, condições de pagamento e retenção de tributos, reajustamento e revisão de preços, vigência contratual e possibilidade de prorrogação, obrigações das partes, fiscalização, penalidades, rescisão, ausência de vínculo empregatício, vinculação à

 5/6
6





autorização para dispensa de licitação, publicidade, foro e disposição gerais.

12. Ante o exposto, considerando que a presente hipótese enquadra-se nos dispositivos legais citados, esta Assessoria Técnica e Jurídica opina pela autorização para dispensa de licitação, aprovando minuta de contrato apresentada.

É o parecer, s.m.j

Salvador, 26 de maio de 2017.


Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assessoria Técnica e Jurídica/SGA
Matrícula 352.748


Bel. Eduardo L. de Almeida de Paula
Assessoria Técnica e Jurídica/SGA
Matrícula 353.707



Ref.. 003.0.12138/2017

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 475/2017 da Assessoria Técnica desta Superintendência, relativo à contratação, por dispensa de licitação, da empresa Oi Móvel S.A., para prestação de serviços de TV por assinatura.

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para conhecimento e providências necessárias.

Em 26 de maio de 2017.


Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Ref.: 003.0.12138/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Central de Contratos e Convênios para providências cabíveis, tendo em vista despacho de fls. *retro* da Superintendência de Gestão Administrativa autorizando a contratação para prestação de serviços de TV por assinatura.

Salvador, 26 de maio de 2017.


Josias Marques Neto
Diretor Administrativo

Referente ao SIMP: 003.0.12138/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente, anexo o contrato nº 075/2017-SGA, devidamente assinado pelo preposto da OI TV à Diretoria Administrativa para providências.

Atenciosamente,


Yamara Santos
Oficial Administrativo I
Sando 13/07/18

Oficial Administrativo I



**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Ref.: Contrato nº 075/2017 - SGA
Protocolo SIMP nº 003.0.12138/2017

DESPACHO

De ordem, encaminho o expediente à Coordenação Financeira, com **2 (duas) vias do Contrato nº 075/2017-SGA**, bem como cópias da publicação do resumo deste no Diário da Justiça Eletrônico nº 1.928 do dia 22/06/2017.

Oportunamente, encaminhamos a publicação da Portaria nº 159/2017 designatória do fiscal do mencionado ajuste.

Em 05 de julho de 2017.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula 353.433

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OI MÓVEL S.A, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 075/2017 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OI MÓVEL S.A**, CNPJ nº **05.423.963/000-11**, estabelecida à SCN QD. 3 BL. A, Ed. Estação Telefônica, Térreo, parte 2, Asa Norte, Brasília/DF, representada por **Ivan Cícero Silva Laranjeira**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9 433/2005, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº 069/2017-DA, protocolado sob o nº 003.O.12138/2017, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de TV por assinatura, com transmissão via satélite, na Sede do **CONTRATANTE** localizada no Centro Administrativo da Bahia - CAB.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Global,

2.2 Os serviços objeto deste instrumento serão prestados por meio de pacote de serviços denominado "OI TV MIX HD", distribuído através da tecnologia DHT, a englobar a disponibilização de 01 (um) ponto principal e 02 (dois) pontos adicionais, com fruição independente entre si,

2.3 A execução contratual compreende o fornecimento de mão de obra, material, ferramentas, equipamentos, assistência técnica (presencial e remota), transportes e quaisquer itens inerentes à perfeita e completa execução do objeto contratual,

2.4 Não haverá empregado(s) da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

2.5 A instalação e o serviço de ativação do sinal de TV deverá ser agendado pelo **CONTRATANTE** junto à **CONTRATADA**, e deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos;

2.5.1 Fica assegurado à **CONTRATADA** o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que se confirmar a disponibilidade técnica de instalação;

2.6 A guarda, segurança e integridade dos equipamentos cedidos pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços contratados são de responsabilidade do **CONTRATANTE**, que responderá por eventuais perdas, danos, furto, roubo e/ou quaisquer tipos de extravios sofridos pelos mesmos, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior,

2.7 Durante a vigência do Contrato é vedado ao **CONTRATANTE**:

2.7.1 Remover o(s) equipamento(s) do seu local original da instalação,

2.7.2 Alterar qualquer característica original da instalação, sem prévia autorização da **CONTRATADA**,

2.7.3 Efetuar qualquer espécie de reparo, manutenção ou abertura dos equipamentos;

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2.7.4 Proceder qualquer alteração, ajuste, manutenção ou acréscimo, nas redes interna ou externa de distribuição dos sinais da **CONTRATADA**;

2.7.5 Permitir que qualquer pessoa não autorizada pela **CONTRATADA** manipule as redes interna e/ou antena externa, ou quaisquer outros equipamentos que as componha;

2.7.6 Acoplar, sem autorização da **CONTRATADA**, quaisquer outros equipamentos, de maneira que permitam a recepção de serviços adicionais não contratados pelo **CONTRATANTE**, ficando desde já ciente de que tais condutas, comumente conhecidas como "pirataria", podem configurar ilícitos de ordem cível e penal, passíveis de registro de ocorrência perante a competente autoridade policial e das conseqüentes ações cíveis e criminais.

2.8 Em caso de extinção do presente Contrato, o **CONTRATANTE** deverá solicitar a desconexão dos equipamentos objeto deste contrato, disponibilizando-os para imediata devolução e retirada, no mesmo estado em que os recebeu, ressaltando-se tão somente o desgaste natural decorrente do uso normal e adequado;

2.8.1 A retirada dos equipamentos pela **CONTRATADA**, quando da rescisão contratual, ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação, sem ônus para ao **CONTRATANTE**;

2.8.2. O **CONTRATANTE** declara-se ciente de que deverá disponibilizar responsável(s) para receber os técnicos da **CONTRATADA** na data e período agendados para a visita de retirada dos equipamentos, sob pena de arcar com os custos decorrentes da visita imprecudente;

2.8.3 A desconexão dos equipamentos será realizada apenas e exclusivamente por técnicos habilitados pela **CONTRATADA**, que verificarão o seu estado de conservação e funcionamento no ato da retirada dos equipamentos;

2.9 O **CONTRATANTE** não está autorizado a utilizar o equipamento do ponto adicional em um endereço diferente do endereço onde estiver instalado ou informado o ponto principal, sob pena de responsabilização nos termos das legislações aplicáveis à matéria;

2.10 Não haverá empregado da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral nas suas instalações;

2.11 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.12 O recebimento provisório dos serviços realizados, quando couber, ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Serviços Gerais do **CONTRATANTE**;

2.13 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.13.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação pelo **CONTRATANTE**;

2.14 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.14.1 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.15 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e



no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	200	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O preço mensal máximo estimado pelos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 200,00 (duzentos reais);

4.1.1 Considerando a imprevisibilidade que permeia a demanda de serviços objeto deste contrato, o preço mensal efetivamente faturado poderá sofrer variações ao longo da execução contratual em razão da eventual cobrança de tributos e/ou utilização de produtos complementares ao pacote de serviços disponibilizados, não se admitindo, entretanto, a contratação global anual de serviços em montante superior ao valor anual máximo estimado, ressalvado o quanto disposto na Cláusula Quinta;

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão incluídos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, assistência técnica, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005,

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura e da Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo CONTRATANTE, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.2 As faltas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.3 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.4 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.5 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **Item 6.1.1**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante aplicação do IGP-DI, observadas as disposições legais;

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do metro, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada a ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 28 de maio de 2017 até 27 de maio de 2018, admitindo-se a sua prorrogação, desde que respeitados os limites de prazo e valor previstos na Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;



9.2 Disponibilizar ao **CONTRATANTE** acesso ao serviço com padrão de qualidade e regularidade adequados a sua natureza em sua área de atuação;

9.3 Informar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventual exclusão de canais do Pacote de serviços contratado,

9.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.5 Fornecer toda a mão de obra, equipamentos/ferramentas, materiais e transportes necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;

9.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação, de forma a garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados;

9.7 Designar preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços e que seja responsável pelo bom e fiel andamento dos mesmos, com poderes para tomar as providências pertinentes para que sejam sanadas as falhas eventualmente detectadas;

9.8 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde sejam executados e entregues os serviços objeto deste Contrato,

9.8 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de preposto e/ou empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.9.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.10 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.11 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.12 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.13 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**,

9.13.1 Quando, por motivo de força maior, houver a necessidade de modificação dos serviços no que tange ao material ou ao formato especificado ou definido inicialmente pelo **CONTRATANTE**, a mesma somente poderá ser procedida após a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** submeter o pleito fundamentado à análise da equipe técnica do **CONTRATANTE**;

9.14 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.15.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

9.16 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;

9.17 Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, bem como sobre a não execução de serviços, providenciando sua imediata reparação, sem qualquer ônus par ao **CONTRATANTE**;

9.18 Apresentar esclarecimentos, sempre que solicitado formalmente pelo **CONTRATANTE**, no prazo de até 1 (um) dia útil;

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Responsabilizar-se pela senha de acesso fornecida pela **CONTRATADA**, isentando-a de qualquer responsabilidade pelo seu uso, tendo assim que assumir todos os ônus que possam surgir em razão da má utilização e guarda da mesma;

10.3 Informar à **CONTRATADA** qualquer alteração dos seus dados cadastrais, tais como endereço de instalação e de cobrança, conta corrente e telefones de contato e e-mail;

10.4 Facilitar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais onde, eventualmente, haja prestação de serviços;

10.5 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.6 Determinar a prioridade dos serviços e solucionar quaisquer casos concernentes a esse assunto;

10.7 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.8 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 10.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais,

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato,

11.2.5 Promover, com a presença de preposto da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.7 Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;

11.2.8 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora,

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 10.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 12.2.2 a 12.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será apurada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado.

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 10.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII – Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão a seguir discriminadas:

13.3.1 Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

13.3.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;

13.3.3 Cobrança dos valores das multas e das indenizações, para ressarcimento da Administração;

13.3.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

14.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

14.2 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente a execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inexecução da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplica-se à Lei Estadual-BA nº 10.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 26 de maio de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

DE MÓVEL S A
Ivan Cicero Silva Laranjeira
Representante legal

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

Paula
Nome: PAULA SOUZA DE PAULA LARANJEIRA
CPF/ME: [REDACTED]

2ª Testemunha:

Fernanda
Nome: FERNANDA DA C. PERES
CPF/ME: [REDACTED]



PROCEDIMENTO ARQUIVADO

Processo nº 003.9.88869/2017

Interessados – Prefeito do Município de Salvador e o Ministério Público do Estado da Bahia.

PROCEDIMENTO ARQUIVADO

Processo nº 003.0.59211/2007

Interessados – Prefeito do Município de Sítio do Mato e o Ministério Público do Estado da Bahia.

PROCEDIMENTO ARQUIVADO

Processo nº 003.0.206328/2016

Interessados – Prefeito do Município de Firmino Alves e o Ministério Público do Estado da Bahia.

PROCEDIMENTO ARQUIVADO

Processo nº 003.0.3402/2017

Interessados – Prefeito do Município de Tancredo Neves e o Ministério Público do Estado da Bahia

SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE

RESUMO DE CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO

Processo: 003.0.5601/2017.

Parecer Jurídico: 337/2017.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), CNPJ nº 07.777.800/0001-82.

Objeto: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público.

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 080/2013- SUP

Processo: 003.0.8619/2017.

Parecer Jurídico: 464/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Primasoft Informática Ltda, CNPJ nº 69.112.514/0001-35.

Objeto contratual: prestação de serviços de suporte técnico para manutenção do software de gestão de biblioteca.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 10 de junho de 2017 até 09 de junho de 2018.

Otcação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0007 Ação (P/A/OE) 4.309 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 075/2017- SGA

Processo: 003.0.12138/2017 Dispensa de Licitação nº 069/2017.

Parecer jurídico: 475/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Oi Móvel S A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11.

Objeto: Prestação de serviços de TV por assinatura, com transmissão via satélite, na Sede CAB do Ministério Público do Estado da Bahia.

Regime de execução: Empreitada por preço global.

Valor global anual estimado: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Otcação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 Ação (P/A/OE) 2000 Região 9900 - Destinação de Recursos 100 Natureza de Despesa 33.90.39

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 01 (um) ano, a começar em 28 de maio de 2017 e a terminar em 27 de maio de 2018.

PORTARIA Nº 159/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Sandro Luis Pimentel Dantas, matrícula 351.828, e Sued Almeida de Cerqueira, matrícula 352.572, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 075/2017-SGA, relativo à prestação de serviços de TV por assinatura.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 21 de junho de 2017

Josias Marques de Lima Neto

Superintendente de Gestão Administrativa em exercício



Ref: Processo 003.0.12138/2017 – Contrato nº 75/2017

DESPACHO

Encaminha-se a Diretoria de Finanças o processo de Dispensa de Contrato, ressaltando que já foi feito por essa Coordenação Financeira:

- Lançamento do Instrumento do contrato no **FIPLAN** para empenhos futuros,
- Lançamento no controle de Orçamento, TCE, Placar Racionaliza e Portal da Transparência;
- Escaneamento do contrato no arquivo virtual da COFIN para controle interno de empenhos e pagamentos futuros;

Sem mais, arquiva-se,

Em 06/07/2017,

Michela Cordeiro
Coordenação Financeira